



CARTA DE NATAL

Ao realizar seu XXVIII Encontro a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas registra a presença de 95 associados, representando 82 instituições de seu corpo social, que é a maior participação em seus mais de 13 anos de fundação.

Sob primorosa organização da Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte percebemos que a convergência de sinergias tem sido cada vez mais presente nas atividades da ABEL.

Tivemos a oportunidade de, na segunda edição do Prêmio ABEL de Melhores Projetos de Educação Legislativa, destacar na modalidade de Educação Presencial o trabalho apresentado pela Câmara Municipal de Manaus; de Ensino a Distância o trabalho do Tribunal de Contas do Estado de Paraná; e de Melhor Portal o trabalho desenvolvido pela Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, que foram selecionados do conjunto de 19 práticas apresentadas, o que demonstra o papel desenvolvido pela ABEL na formação e capacitação do Poder Legislativo.

Mais uma vez no conjunto de palestras o enfoque prioritário foi o Planejamento Estratégico, onde abordou-se a necessidade de sua elaboração, acompanhamento e difusão, como uma espécie de antídoto, das características cíclicas que se reveste as atividades do Poder Legislativo, com a rotatividade das Mesas Diretoras e das gestões.

Foi abordada a dinâmica das tecnologias educacionais, aproximando a educação presencial da educação a distância, o que vem exigindo criatividade, atualização de conteúdos e a necessidade das Escolas acompanharem esta evolução, para manterem-se na vanguarda dos processos, com a racionalização de custos, otimização de meios e, principalmente, com ferramentas atraentes para o nosso público.

Um novo enfoque apresentado foi a Análise do Impacto Legislativo, baseado em modelo adotado pelo Parlamento da União Europeia que, a partir de um conjunto de princípios, permite uma avaliação prévia dos projetos a tramitar, possibilitando racionalização de custos, minimização de retrabalhos, eficácia na elaboração legislativa, maior pertinência na elaboração das leis, resultando em foco do processo legislativo com os anseios da sociedade, maior disponibilidade para a função de fiscalização e na discussão dos temas relevantes para a comunidade.

Outro vetor abordado, que merece reflexão dos dirigentes das Escolas do Legislativo e de Contas, é a definição do público alvo do trabalho de Legística, desenvolvido de forma a priorizar esse público e a formação cidadã, para entender e valorizar os trabalhos dos Parlamentos e dos Tribunais de Contas, em sua missão de auxílio ao Poder Legislativo, da função de fiscalizar o Poder Executivo.

Natal, novembro de 2016.